



6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

Ata da reunião do Grupo de Trabalho sobre Pesca Tradicional Quarta-feira, 7 de abril de 2019 - Webex

Nicolas Fernandez Munoz, presidente deste grupo de trabalho, iniciou a reunião agradecendo aos participantes e recordando, com Aurélie Drillet (Secretariado do CC-Sul), as diretrizes de boa conduta para este tipo de reunião online.

A ata da reunião anterior, bem como a ordem de trabalhos, foram aprovadas por todos os membros.

1. Apresentação do projeto ARPEGI

A equipa do Parc naturel marin de l'Estuaire de la Gironde et mer de Pertuis (Solène Mora, Yohan Weiller, Valentin Lonni) apresentou o projeto ARPEGI, que visa verificar que as atividades humanas, incluindo a pesca, realizadas em sítios Natura 2000 são compatíveis com os objetivos ambientais destas áreas. A apresentação está disponível no website do CC-SUL (incluindo o mapa da área em questão).

O projeto será levado a cabo em 3 fases ao longo de 3 anos:

- - um diagnóstico das atividades de pesca presentes na zona: é a este diagnóstico que os membros do CC-SUL são desde já convidados a participar.
- - Uma análise de risco sobre espécies e habitats
- - Propostas de medidas, se necessário (em caso de risco significativo de que os objetivos da Natura 2000 sejam alcançados).

Perrine Ducloy (CNPMEM), questionou a metodologia utilizada para a análise de risco das espécies. Uma vez que não foi determinada uma metodologia nacional a nível francês, tal representaria um facto inédito resultando, por conseguinte, num precedente. A equipa do Parque confirmou este ponto e deseja de facto concentrar-se apenas na sua área de estudo, uma vez que as medidas propostas serão baseadas em parâmetros locais. Uma abordagem nacional pode ser proposta antes do fim do projeto, que é o desejo da equipa. No entanto, a sua metodologia poderia ser apresentada ao Comité Nacional se este assim o desejar.

2. Projeto de parecer sobre a modernização dos navios de pesca

Andrea Albertazzi (ETF) apresentou o projeto de parecer, recordando a importância de permitir a modernização dos navios, sendo a idade média dos navios de 25 anos a nível comunitário. As embarcações mais antigas têm um impacto no conforto, condições de trabalho e segurança a bordo. Melhorar a legislação sobre o limite máximo da capacidade de pesca melhoraria esta situação, preservando o recurso, uma vez que outros meios de cálculo são possíveis, de acordo com Andrea Albertazzi. Este problema está também associado a dificuldades de sucessão geracional.

Serge Larzabal (CNPMEM) manifestou o seu acordo com a posição proposta pela ETF,^{1/5} e salientou que, desde que um navio cumpra o regulamento de medidas técnicas e os TAC,





6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

o limite máximo de capacidade de pesca não é necessário, uma vez que a gestão adequada do recurso já está garantida.

Andréa Ripol (Seas at Risks) perguntou qual é o objetivo deste parecer, qual é o pedido à Comissão? Subsídios? Quais são as propostas? As ONG necessitarão de um pouco mais de tempo para analisar este assunto.

Andrea Albertazzi (ETF) respondeu que o objetivo é enviar uma mensagem clara à Comissão, que este assunto é importante e que é necessária uma alternativa: é possível melhorar as condições de vida a bordo, preservando ao mesmo tempo os recursos, se forem feitas alterações à regulamentação em vigor.

Sergio Lopez (OPP Lugo) concordou com o parecer proposto, mas salientou, tal como Jorge Campos (Fed. Andaluza de Cofradias de pescadores), um erro de redação: o parecer deveria referir-se a todos os navios e não apenas aos arrastões. Jorge Campos especificou que um aumento da capacidade de pesca não era uma solução para a pesca artesanal, para embarcações sem capacidade de alojamento, deveriam ser feitas outras propostas para este tipo de embarcações, e deveria ser realizado um estudo global das diferentes frotas.

Francisco Teijeira (Asociación de Armadores de Buques de Pesca de Marin) também expressou o seu acordo, e salientou a importância da modernização dos navios para permitir a abertura deste setor às mulheres, devendo as condições de alojamento das tripulações ser melhoradas para esse fim.

Pedro Capela (APASA) salientou que a redução da potência dos motores em 30% aquando da sua renovação não fazia sentido, uma vez que aumentaria o consumo de combustível, as emissões de CO₂, levaria mais tempo a chegar aos bancos de pesca, e acabaria por ter impacto na segurança dos marinheiros em caso de mau tempo.

Manu Kelberine (CRPM Bretanha) aprovou este projeto de parecer, salientando as contradições da PCP sobre este assunto: uma melhoria da qualidade dos navios é desejada pela PCP mas é impedida pelo mesmo regulamento. Apresenta também as dificuldades inerentes a uma queda na potência de propulsão.

Por fim, Gerald Hussenot (Blue Fish) informou os membros relativamente às discussões em curso sobre a pesca INN na OMC que, se não lhe for prestada atenção, poderão eventualmente impedir a modernização dos navios.

Nicolas Fernandez Munoz concluiu o assunto relembrando a necessidade de melhorias regulamentares, o parecer será alterado com base nos comentários dos membros e será novamente proposta para consulta.





6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

3. Espécies invasoras

Nicolas Fernandez Munoz (OP CONIL) recordou o trabalho realizado no âmbito do CC-SUL sobre este assunto. A presença de algas invasoras em várias localidades espanholas torna impossível o trabalho dos pescadores. A União Europeia deve implementar um maior controlo das águas de lastro. Também seria interessante pensar em saídas para estas algas (bioetanol, composto). Nicolas Fernandez Munoz também informou os membros que o MedAC tinha contactado o CC-SUL, uma vez que este assunto estava também na agenda deste Conselho Consultivo. Isto foi confirmado por Jorge Campos (Fed. Andaluza de Cofradias de pescadores), também membro do MedAC: as espécies invasoras são um problema geral (700 espécies invasoras) no Mediterrâneo e afetam muitos setores. Estas espécies podem progressivamente atingir novas áreas, designadamente o Atlântico, especialmente como resultado das alterações climáticas. A Comissão Europeia deve assumir a liderança nesta matéria, e em particular no controlo das águas de lastro.

Raul Garcia (WWF) recordou que este assunto está associado à crise da biodiversidade, que se agravará no futuro em relação à capacidade dos ecossistemas para fazer face às mudanças globais.

Jorge Campos, Nicolas Fernandez e Raul Garcia tiveram então uma discussão sobre o catálogo de espécies invasoras. Uma das espécies invasoras presentes neste catálogo não pode ser comercializada. A Espanha solicitou a inclusão da alga asiática *Rugulopteryx okamurae* no catálogo (processo ainda em curso), uma vez que não existem possibilidades e intenções de comercialização desta alga. Tal seria diferente no caso do caranguejo azul, onde a comercialização pode ser possível.

3. Biodiversity Strategy

Leonardo Mazza (DG ENV) apresentou aos membros os objetivos e pontos-chave da Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030 adotada pela Comissão Europeia (Apresentação disponível no sítio web do CC-SUL). Esta estratégia faz parte do Pacto Verde para a Europa, e foi concebida em sinergia com outros elementos que visam implementar o Pacto Verde (Farm to Fork Strategy, Pacto Climático). A Estratégia de Biodiversidade, juntamente com os outros elementos, formam um todo na luta contra a perda da biodiversidade. Leonardo Mazza recordou que estamos perante um colapso da vida que exige uma resposta da União Europeia: A biodiversidade é um dos pilares do desenvolvimento sustentável, a sua perda é uma ameaça para a humanidade e, em particular, para a segurança alimentar.

A estratégia consiste em 4 pilares, que Leonardo Mazza apresentou com ênfase em medidas relacionadas com o ambiente marinho, mas a pesca está longe de ser o único setor visado pela estratégia, uma vez que todos os setores com impacto no ambiente estão em causa:

3/5





6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

-Proteger a natureza: A Comissão quer que 30% das suas águas sejam protegidas, 10% das quais devem ser estritamente protegidas. Fixou também o objetivo de reduzir para metade o número de espécies da "lista vermelha" ameaçadas por espécies exóticas invasoras. A Estratégia anuncia um novo plano de ação para 2021 que considerará como conciliar a utilização das artes de pesca de fundo com objetivos de biodiversidade e, quando necessário, introduzir medidas para limitar a utilização de artes de pesca mais prejudiciais à biodiversidade, incluindo os fundos marinhos.

-Restaurar a natureza: Objetivos juridicamente vinculativos serão propostos em 2021. Sem deterioração dos habitats e espécies protegidos até 2030: atingir um bom estado de conservação para, pelo menos, 30% dos habitats e espécies.

-Mudanças transformadoras viáveis: assegurar que os Estados-Membros integrem estas medidas, promovam o financiamento, e desenvolvam competências.

-Um programa mundial ambicioso: governação internacional dos oceanos, posicionamento a favor de áreas protegidas no Oceano Antártico, medidas de precaução na exploração mineira...

O passo seguinte para esta estratégia é a adoção pelas outras instituições, em particular o Parlamento Europeu e o Conselho, das suas reações e a implementação das medidas anunciadas. A COP 15, prevista para o início de 2021 na China, será também um marco importante.

Leonardo Mazza respondeu, em seguida, às perguntas dos membros (comunicadas antes da reunião pelo secretariado do CC-SUL).

Os esforços já feitos pelo setor não são ignorados, é necessário, pelo contrário, basear-se nas boas práticas já em vigor, nas medidas que levaram a bons resultados e generalizar as boas práticas.

No que respeita às áreas marinhas protegidas, a proposta de 30% das áreas protegidas baseia-se efetivamente na ciência - existe um consenso de que os objetivos anteriores eram significativamente insuficientes para deter a erosão da biodiversidade e muitos cientistas defendem um número mais elevado.

Estudos de custo/benefício sobre áreas protegidas estimam que os benefícios, particularmente socioeconómicos, inclusive para a pesca, seriam 5 vezes maiores do que os custos. A fim de obter estes benefícios, é necessário concentrar-se na implementação concreta e na gestão eficaz destas áreas, o que requer que elas disponham de recursos humanos e financeiros suficientes. Tal inclui a plena implementação da legislação existente, em particular a Diretiva-Quadro Estratégia Marinha (DQEM), as Diretivas Aves e Habitats e a Política Comum das Pescas. Áreas marinhas protegidas adicionais consistirão em áreas com diferentes níveis de proteção, desde a proteção total a áreas onde diferentes atividades humanas, como a pesca, podem continuar a ter lugar, desde que não danifiquem os ecossistemas / a biodiversidade visados pela proteção.

No que respeita ao ambiente marinho, a estratégia não se centra apenas nos impactos associados à pesca: pelo contrário, é o impacto cumulativo de todas as atividades^{4/5} humanas que é visado e tido em conta (turismo, mineração, poluição química, energia





6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

eólica, etc.) e será objeto de medidas. No contexto dos ambientes marinhos, isto sublinha a importância do planeamento marítimo.

Jorge Campos (Fed. Andaluza de Cofradias de pescadores) manifestou a preocupação de que a tomada de medidas sobre habitats e espécies que não podemos observar/medir totalmente poderia criar desequilíbrios (superpopulação de uma espécie), como aconteceu com o atum rabilho.

Segundo Serge Larzabal (CNPMEM), nem todos os estudos globais devem ser aplicados à Europa, uma vez que a situação é aí diferente, particularmente no que diz respeito à pesca INN: não presente para os navios comunitários. Além disso, as avaliações das áreas Natura 2000 ainda não estão concluídas, e já existem planos para ir mais longe, uma vez que este impulso para cada vez mais restrições não pode ser sustentável para o setor. Serge Larzabal também se interrogou sobre o impacto dos ERM no fundo marinho que, na sua opinião, não é suficientemente estudado e comunicado.

Na opinião de Manu Kelberine (CRPMEM Bretanha), se acrescentarmos os 30% adicionais de área protegida às áreas existentes mais as dedicadas às ERM, os pescadores deixarão de ter espaço suficiente para levar a cabo a sua atividade. Isto também foi sublinhado por Nicolas Fernandez Munoz quando salientou que os pescadores se encontravam entre as espécies ameaçadas.

4. Covid-19

Nicolas Fernandez Munoz lamentou a ausência de representantes da Comissão e dos Estados-Membros e propôs a criação de um GT *ad hoc* para tratar de questões relacionadas com a crise sanitária. Esta proposta foi bem recebida pelos membros do GT da Pesca Tradicional. O Secretariado informou os membros que a criação de um GT *ad hoc* tinha limitações (em particular um número limitado de participantes) e tinha de ser validada pelo Comité Executivo. Esta questão será, por conseguinte, discutida na reunião do Comité Executivo em 10 de novembro. Neste contexto, os membros serão chamados a transmitir ao secretariado um resumo da situação nos seus respetivos Estados-membros.

Balanco:

- **Os membros serão convidados a fornecer à equipa do projeto ARPEGI a informação necessária para o seu estudo.**
- **O parecer sobre a modernização dos navios será retrabalhado e proposto aos membros para consulta antes do Comité Executivo de novembro.**
- **O parecer sobre Algas Invasoras será proposto para validação pelo Comité Executivo em novembro.**

5/5





6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

- - Os membros são convidados a fornecer ao secretariado informações relevantes para as discussões sobre a Covid-19.

